

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO RIO GRANDE DO SUL: UM COMPARATIVO ENTRE O RURAL E O URBANO¹

Paulo D. Waquil²
Ely José de Mattos³

Resumo: Este artigo caracteriza a desigualdade na distribuição de renda no Rio Grande do Sul, tecendo comparações entre o meio rural e o urbano. Considerando que a concentração de renda pode ser vista como um dos fatores de situações de pobreza, o trabalho contribui para este entendimento, apontado aqui como um fenômeno mais amplo e multidimensional. Os principais resultados indicam que a renda média auferida no espaço rural é inferior à renda média no espaço urbano, mas a desigualdade na distribuição é bastante acentuada em ambos espaços, características estas que têm se alterado pouco ao longo das duas últimas décadas.

Palavras-chave: distribuição de renda, concentração, pobreza rural

1. Contextualização: pobreza e distribuição de renda no rural e no urbano

De acordo com o relatório sobre pobreza rural elaborado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA, 2001), existem no mundo 1,2 bilhões de pessoas em condição de extrema pobreza, condição esta caracterizada por pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia. Deste total, em torno de $\frac{3}{4}$ trabalha e reside em áreas rurais.

Apesar de que, na Conferência Social realizada em Copenhague em 1995, cada país participante assumiu o compromisso de elaborar e implementar programas de diminuição da pobreza, visando reduzir à metade o número de pobres até o ano de 2015, os progressos têm sido muito lentos. Em geral, as áreas rurais permanecem negligenciadas, mesmo apresentando maior concentração de pobres.

Entretanto, esta realidade se distingue muito de uma região para outra. A maior parte dos extremamente pobres concentra-se no sul da Ásia e na África, embora o número de pessoas nesta situação venha diminuindo (principalmente no sul da Ásia). Por outro lado, na

¹ Este artigo faz parte do projeto “Políticas Públicas, Agricultura Familiar e Pobreza Rural no Rio Grande do Sul”, apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

² Professor do Departamento de Economia (DECON) e dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), Agronegócios (PPGAN) e Economia (PPGE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

³ Aluno do Curso de Graduação em Economia da UFRGS, bolsista de iniciação científica (PIBIC/CNPq).

América Latina o número de pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia é bem menor do que nas outras regiões, mas tem aumentado, apresentando um incremento de 15% na última década. Dentre as pessoas em condições de extrema pobreza, predominam os grupos indígenas, as mulheres e crianças rurais, e os assalariados rurais, caracterizando assim os componentes étnicos e de gênero associados à pobreza (FIDA, 2001).

A condição de pobreza pode ser definida, de uma forma mais abrangente, como um fenômeno multidimensional, com aspectos culturais, sociais e econômicos que se caracterizam pela: exclusão e discriminação devida a origem étnica ou ao gênero; carência ou acesso limitado a serviços destinados a satisfazer as necessidades básicas das famílias; e níveis de renda inferiores à quantidade mínima necessária para obter um conjunto básico de bens e serviços para a família, incluindo os alimentos (FIDA, 2000).

Romão (1993) alerta para a complexidade que envolve o conceito de pobreza, com diferentes percepções e conceituações deste fenômeno, indicando que o resultado disto é a grande variação nas estimativas de incidência de pobreza, mesmo entre estudos relativos a uma mesma área geográfica. Conclui também que o conceito de pobreza guarda uma estreita relação com a noção de desigualdade, embora não devam ser tratados como sinônimos.

Com relação à análise da desigualdade e da pobreza, Sen (2001) discute dois tipos de diversidades: a heterogeneidade básica dos seres humanos, e a multiplicidade de variáveis em cujos termos a igualdade pode ser julgada. As comparações podem ser feitas sob muitas perspectivas diferentes, como liberdades, direitos, rendas, riquezas, recursos, bens primários, utilidades, capacidades. Sugere, então, a identificação da capacidade das pessoas realizarem funcionamentos (que podem variar desde os mais elementares, como estar bem nutrido e livre de doenças, até os mais complexos, tais como ter respeito próprio e participar na vida da comunidade), como uma abordagem geral à avaliação dos ordenamentos sociais. Sen vê a pobreza como a privação de alguma satisfação mínima de capacidades elementares, diferenciando-se do foco informacional utilizado como padrão na economia do bem-estar, que tende a concentrar-se nas rendas, riqueza e utilidades. Entretanto, alerta que mesmo que as comparações no espaço dos funcionamentos sejam mais relevantes para a análise do bem-estar, em determinados contextos podemos estar interessados nas posições relativas de diferentes indivíduos ou grupos em termos de rendas, bens primários ou recursos. Mesmo se a distribuição de rendas nos dá pouca idéia das desigualdades no bem-estar como tal, não se segue que a distribuição de renda não tenha interesse direto, pois existem outras motivações possíveis que não a comparação de bem-estar.

Da mesma forma, de Janvry e Sadoulet (2001) argumentam que a pobreza é multidimensional, incluindo não apenas a escassez de renda ou a incerteza associada a esta escassez, mas também as frágeis condições de saúde e educação. Entretanto, afirmam que a incidência de baixos níveis de renda é maior nas populações rurais, assim como menores níveis de saúde e educação. Os autores sugerem que ainda persiste uma discrepância muito grande entre a pobreza rural e a urbana, particularmente no caso da pobreza extrema.

O relatório do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola aponta também dois tipos principais de pobreza rural na América Latina: estrutural e transitória. O primeiro tipo (a pobreza estrutural) afeta principalmente as mulheres rurais, as comunidades indígenas, e outras minorias étnicas assentadas nas zonas rurais da região; esta pobreza se caracteriza por níveis de educação muito baixos ou nulos, carência de recursos produtivos e falta de acesso aos serviços básicos rurais. Por sua vez, o segundo tipo (a pobreza transitória) inclui famílias de pequenos agricultores, especialmente vulneráveis às mudanças produzidas pelos processos de reforma estrutural, às crises econômicas e à instabilidade social e política dos países; este tipo de pobreza inclui aqueles que possuem pequenas parcelas de terra e que têm certa relação com os mercados, mas sua renda se situa no limite da linha de pobreza.

Entre as causas da pobreza rural, alguns estudos (DESER, 2001; FIDA, 2000; Veiga, 2000) apontam diversos fatores, entre os quais estão: (a) as raízes históricas da pobreza rural, com a conquista e colonização do território latino-americano pelos europeus e a redução dos habitantes nativos à condição de escravos, assim como o tráfico de africanos na condição de escravos, discriminando-os e marginalizando-os das dinâmicas sociais e econômicas; (b) a instabilidade dos marcos políticos na região, caracterizada pela ocorrência de diversos golpes de estado e guerras civis, associados à má gestão de governantes ligados às oligarquias rurais ou industriais, excluindo sistematicamente da vida pública os segmentos sociais empobrecidos; (c) a adoção de modelos macroeconômicos e de políticas de desenvolvimento, incluindo aqui a modernização compulsória da agricultura, subvencionando e protegendo setores específicos; (d) a elevada concentração fundiária, somada à baixa rentabilidade das atividades agrícolas e à tendência de queda nos preços dos produtos agrícolas; (e) os investimentos insuficientes em capital humano e social e em infraestrutura rural; (f) dificuldades de consideração da heterogeneidade no meio rural, das questões étnicas e de gênero.

Echeverría (2000) cita três problemas básicos que se colocam a partir das situações de pobreza rural: nutrição insuficiente, problemas de saúde e educação deficiente; oportunidades escassas de emprego nas atividades agrícolas e não-agrícolas; baixo grau de organização para

promover efetivamente os interesses rurais. O autor indica também que o número e a variedade de circunstâncias que causam a pobreza rural, assim como a heterogeneidade de condições que se apresentam nos diferentes países e regiões, dificultam a busca de soluções efetivas e eficientes para elevar o bem-estar da população rural. Por sua vez, de Janvry e Sadoulet (2001), destacam que a pobreza rural na América Latina representa um enorme desperdício de recursos produtivos e uma fonte de externalidades negativas para o resto da sociedade, através da migração que transfere a pobreza para o meio urbano, da desestabilização política em várias regiões do continente, e em muitos casos a deterioração do meio ambiente.

Especificamente no Brasil, a realidade não é muito distinta deste contexto latino-americano. Diversos trabalhos têm sido feitos caracterizando, discutindo as causas e as conseqüências da pobreza no país. Barros, Henriques e Mendonça (2000) analisam os elevados níveis de pobreza e a manutenção de uma enorme desigualdade na distribuição de renda no país, que dificultam as oportunidades de inclusão econômica e social. A partir de diversas comparações com outros países, concluem que a pobreza no Brasil não deve ser simplesmente associada à escassez de recursos, mas sim à má distribuição dos recursos existentes, que se mantém estável, resistindo às mudanças estruturais e conjunturais das últimas décadas.

A má distribuição dos recursos é analisada também por Corrêa (1998), caracterizando a evolução da economia brasileira por um processo que acentuou a concentração de renda até o final da década de 1980. Foi somente após o final dos anos 1960, com a maior disponibilidade de informações confiáveis sobre a distribuição de renda no país, que se tornou possível a implementação de pesquisas adequadamente fundamentadas sobre o tema. Desde então, o debate sobre pobreza e distribuição de renda vem se intensificando. A autora indica que a alta incidência de pobreza no Brasil está associada ao fato de que as disparidades na distribuição de renda contribuem para as variações nas medidas de pobreza. Enfatiza, também, que os desequilíbrios regionais quanto à pobreza e desigualdade de renda se mantêm (e mesmo se ampliam), principalmente no meio rural, confirmando o que Hoffmann (1990) já apontava.

Analisando diversas medidas de desigualdade e de pobreza, Corrêa (2001) volta a evidenciar que o crescimento contínuo da desigualdade entre as pessoas ocupadas nas duas últimas décadas, associado a diferentes níveis de rendimento médio nas várias regiões geográficas, traduz-se em elevados índices de pobreza e contribui para aprofundar os históricos desequilíbrios regionais que caracterizam o país.

Veiga (2000) alerta que a pobreza é proporcionalmente maior no meio rural de todas as regiões brasileiras. Entretanto, já aponta para as disparidades regionais existentes. A distribuição da pobreza não é homogênea entre as regiões: enquanto no Nordeste (a região mais pobre do país) as diferenças espaciais são tênues, no Sudeste e no Sul a proporção de pobres no meio rural chega a ser duas vezes superior à proporção de pobres no meio urbano.

É neste contexto em que se insere o presente artigo. A maior parte dos estudos tem enfatizado as disparidades regionais no país, apontando principalmente para a gravidade da pobreza rural na região Nordeste. Este estudo visa ilustrar a existência de desigualdades também no sul do país, caracterizando e analisando a desigualdade na distribuição de renda no Rio Grande do Sul, e tecendo comparações entre o meio rural e o urbano.

Este não pretende ser um artigo que aprofunda o entendimento sobre pobreza, caracterizada aqui como um fenômeno mais amplo e multidimensional. Através da análise da distribuição de renda, apenas um dos componentes deste fenômeno, pretende dar uma contribuição para avançar na compreensão das situações de pobreza.

2. Aspectos metodológicos

A fonte dos dados utilizados neste estudo é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Esta pesquisa é desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 1967, com a finalidade de coletar informações sobre as características sócio-econômicas da população brasileira. A partir de 1971, a divulgação obedece a uma periodicidade anual, sendo interrompida apenas nos anos censitários. Desde 1992 a pesquisa cobre todo o território nacional, com exceção da parcela rural da região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá).

Dentre as informações apuradas estão as de caráter permanente, tais como educação, trabalho, renda e habitação, e outras periódicas, como migração, fecundidade, nupcialidade e saúde. É importante salientar que, como se trata de uma pesquisa por amostra de domicílios, para obter uma estimativa da população as PNAD's fazem uso de um fator de expansão, correspondente ao peso que cada pessoa (ou domicílio) tem na amostra.

Mesmo tratando-se de uma pesquisa extremamente rica em informações sócio-econômicas e de importância cada vez maior como fonte de dados para as pesquisas desenvolvidas no país, as PNAD's ainda têm problemas relacionados com a sua metodologia. Uma de suas limitações é quanto a distinção entre o rural e o urbano. As PNAD's utilizam a mesma classificação do Censo Demográfico, ou seja, durante toda uma década é utilizado o

mesmo corte rural/urbano do Censo imediatamente anterior, desconsiderando-se as mudanças que de fato ocorrem ao longo do período. Graziano da Silva (1999) alerta para a diferença considerável notada na passagem de 1990 para 1991, com a execução de um novo Censo Demográfico, quando se percebe que algo em torno de 5 milhões de pessoas estavam sendo contadas a mais na população rural, fruto da falta de ajuste da classificação de áreas que eram rurais e deixaram de ser no decorrer da década de 80.

Outro aspecto importante que deve ser observado quanto às limitações das PNAD's se refere ao conceito de trabalho. As pesquisas da década de 80 contavam como pessoa ocupada aquela que tinha 15 horas ou mais de trabalho semanal e 10 anos ou mais de idade, sendo que a produção para consumo próprio e a construção para uso próprio não existiam como classificações possíveis. A partir da década seguinte ocorrem reformulações: agora são contados como ocupados aqueles indivíduos que tem 10 anos ou mais de idade e que trabalham mais de uma hora semanal; além disso, os que produzem para próprio consumo e constroem para uso próprio, desde que respeitem as condições citadas acima, também são considerados ocupados e tem classificação própria. Especificamente no presente estudo, consideramos apenas os indivíduos que declararam trabalhar 15 horas ou mais por semana, permitindo então a comparação dos resultados ao longo do tempo. Além disso, a criação das duas novas categorias de trabalho não afeta os resultados, pois ambas não refletem nenhum tipo de rendimento.

Conforme já apontado por Corrêa (1998), as PNAD's também apresentam limitações no que se refere às variáveis de rendimentos, especialmente para o meio rural. Os principais problemas são: a precariedade (ou ausência) de informações sobre rendimentos variáveis, autoconsumo, transferências e rendas da propriedade; aplicação do mesmo tipo de questão para os rendimentos do trabalho para os empregados formais, informais, autônomos e proprietários; ausência de valores para rendas ou benefícios em espécie dos produtores agrícolas e trabalhadores por conta própria (há apenas informação sobre pagamento em espécie para empregados e parceiros); ausência de informações sobre gastos com insumos, o que afeta diretamente a renda líquida dos produtores rurais. Como resultado final, as PNAD's podem subestimar as rendas e superestimar a pobreza no meio rural. Mesmo com estas limitações, as PNAD's são as fontes não-censitárias mais importantes para os estudos sobre a população no país.

Para o período de análise no presente artigo, 1981-1999, utilizamos os microdados da pesquisa, em meio digital, para todos os anos com exceção daqueles nos quais a PNAD não foi executada (1991, por ocorrência do Censo Demográfico, e 1994, por fatores excepcionais),

e com exceção de 1997, quando apesar da pesquisa ter sido realizada e os resultados terem sido divulgados não conseguimos acesso aos mesmos.

Para seleção da nossa amostra primeiramente foi isolado o estado do Rio Grande do Sul, que é o foco do estudo. Feito isso, foram selecionadas apenas as pessoas que são alvo da análise. Os indivíduos foram selecionados pelos seguintes critérios básicos:

- a) ter 10 anos de idade ou mais;
- b) trabalhar no mínimo 15 horas por semana;
- c) ter rendimento mensal positivo.

Com a amostra selecionada, foram escolhidas as variáveis para compor o exercício analítico, partindo daquelas que dizem respeito à renda das pessoas, que são: Renda Mensal de Todos os Trabalhos (RTTR) e Renda Mensal de Todas as Fontes (RTF), assim como das variáveis de classificação da situação censitária das pessoas investigadas. A RTTR é composta por todos os rendimentos provindos de remuneração por qualquer trabalho realizado no período de referência da pesquisa, enquanto a RTF retrata o somatório dos rendimentos provindos do trabalho com aqueles que se originam de outras fontes, tais como aposentadorias, pensão, rendimentos em investimentos, aluguéis, mesada, etc. As rendas foram deflacionadas a preços de dezembro de 2001, utilizando como deflator o Índice Geral de Preços – disponibilidade interna (IGP-di).

Num primeiro momento, foram calculadas médias e percentis, buscando apresentar algumas medidas de estatística descritiva que auxiliam na melhor compreensão dos fatos, sempre fazendo a comparação entre o rural e o urbano. Para trabalhar com a distribuição de renda foram utilizadas duas medidas de desigualdade de distribuições: o Índice de Gini (G) e os Índices de Theil (T e L), conforme apresentado em Hoffmann (1998). Estes índices obedecem ao critério de Pigou-Dalton, que estabelece que o valor das medidas de desigualdade deve aumentar quando ocorrem transferências regressivas de renda.

O Índice de Gini (G) pode ser entendido com base na Curva de Lorenz, como o quociente entre a área de desigualdade (α) e o valor deste limite, ou seja, $G = \alpha / 0,5 = 2 \alpha$. Uma das principais vantagens desta medida é justamente esta associação direta com a posição da Curva de Lorenz na caracterização do grau de desigualdade de uma distribuição. O índice pode variar de 0 (perfeita igualdade) a 1 (perfeita desigualdade na distribuição).

Para análise da distribuição de renda a partir dos dados das PNAD's, calculamos G da seguinte forma:

$$G = 1 - \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (\Phi_i + \Phi_{i-1})$$

onde Φ_i representa a proporção de renda acumulada até a i -ésima pessoa.

Por sua vez, os Índices de Theil são fundamentados no conceito de entropia de uma distribuição, entendida como uma medida do grau de igualdade da distribuição. O grau de desigualdade é, então, obtido pela subtração da entropia da distribuição do seu valor máximo. De acordo com Hoffmann (1998), o índice T é igual ao logaritmo de uma média geométrica ponderada das rendas relativas, sendo fatores de ponderação as frações da renda. Por outro lado, o índice L é dado pelo logaritmo da média geométrica das rendas relativas com o sinal trocado, ou ainda, pelo logaritmo da razão entre a média aritmética e a média geométrica das rendas individuais.

Para apuração dos Índices de Theil, T e L, foram utilizadas as seguintes expressões:

$$T = \frac{1}{n\mu} \sum_{i=1}^n x_i \log x_i - \log \mu$$

e

$$L = -\frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \log \frac{x_i}{\mu}$$

onde x_i representa a renda da pessoa i e μ é a média das rendas. Observa-se $T = 0$ quando temos uma distribuição perfeitamente igualitária e $T = \log n$ na desigualdade máxima.

Uma peculiaridade bastante interessante dos Índices de Theil é a sua sensibilidade a valores muito altos na distribuição, o que faz com que, em casos nos quais se observa um indivíduo com renda muito acima que a dos outros indivíduos, o índice tenha um valor bastante elevado.

3. Renda média no rural e no urbano

As rendas analisadas foram deflacionadas a preços de dezembro de 2001 através do IGP-di. Convém ressaltar que a análise num longo período de tempo é muito sensível à escolha do deflator, mas aqui o objetivo é estabelecer a comparação entre o rural e o urbano, com todos os valores submetidos ao mesmo deflator. Os resultados para a Renda de Todos os Trabalhos (RTTR) e Renda de Todas as Fontes (RTF) encontram-se nas Tabelas 1 e 2, respectivamente. O Gráfico 1, apresentado abaixo, permite uma melhor visualização do comportamento da RTTR ao longo do tempo.

Em termos de comparação entre RTTR e RTF, pode-se dizer que os valores encontrados são muito parecidos. Os valores apresentados nas Tabelas 1 e 2 indicam que as demais fontes de renda, que se somam à renda de todos os trabalhos remunerados, não exercem impactos substanciais na renda, tanto no espaço rural como no urbano. Desta forma, nossa análise enfatiza mais o comportamento da RTTR, buscando evitar repetições em excesso. **Esta observação já aponta como um primeiro resultado do trabalho: a pequena importância que as demais fontes ainda têm na formação da renda, tanto rural como urbana.**

Observando o comportamento das rendas, nota-se um período inicial com maiores oscilações, mas uma certa estabilização ao final do período considerado. Nos primeiros anos da década de 1980, tanto a renda rural como a urbana demonstram uma tendência bem acentuada de queda. Porém, em 1986, ano do Plano Cruzado que inaugurou uma série de planos para o controle inflacionário, há uma brusca elevação das rendas, que atingem valores máximos no período. A RTTR da população rural passa de R\$ 532,40 em 1985, para R\$ 890,14 em 1986, mas já em 1987 retorna a R\$ 397,30. Com relação à população urbana, a RTTR passa de R\$ 884,84 em 1985, para R\$ 1.360,29 em 1986, voltando a R\$ 935,82 em 1987.

Particularmente no caso das rendas rurais, os valores observados no final da década de 1980 são os mais baixos de todo o período analisado. Há uma leve recuperação no início da década de 1990, mas após a implementação do Plano Real, em 1994, as rendas rurais voltam a cair. A RTTR da população rural cai de R\$ 588,66 em 1993 (antes do Plano Real) para R\$ 484,09 em 1999 (último ano da nossa análise). Por outro lado, as rendas urbanas seguem crescendo após a implementação do Plano Real, crescimento este que é revertido somente em 1999, após a desvalorização cambial ocorrida a partir de janeiro daquele ano.

A fim de analisar de forma mais aguçada a relação entre a renda rural e a renda urbana, o Gráfico 2 ilustra a informação já apresentada na última coluna das Tabelas 1 e 2, estabelecendo a comparação entre os valores observados em termos percentuais. Chama a atenção o fato de que, durante toda a série temporal, a renda rural é significativamente mais baixa que a urbana. Na média de todo o período, a RTTR rural representa apenas 53% da RTTR urbana, oscilando entre 34,40% e 67,72%.

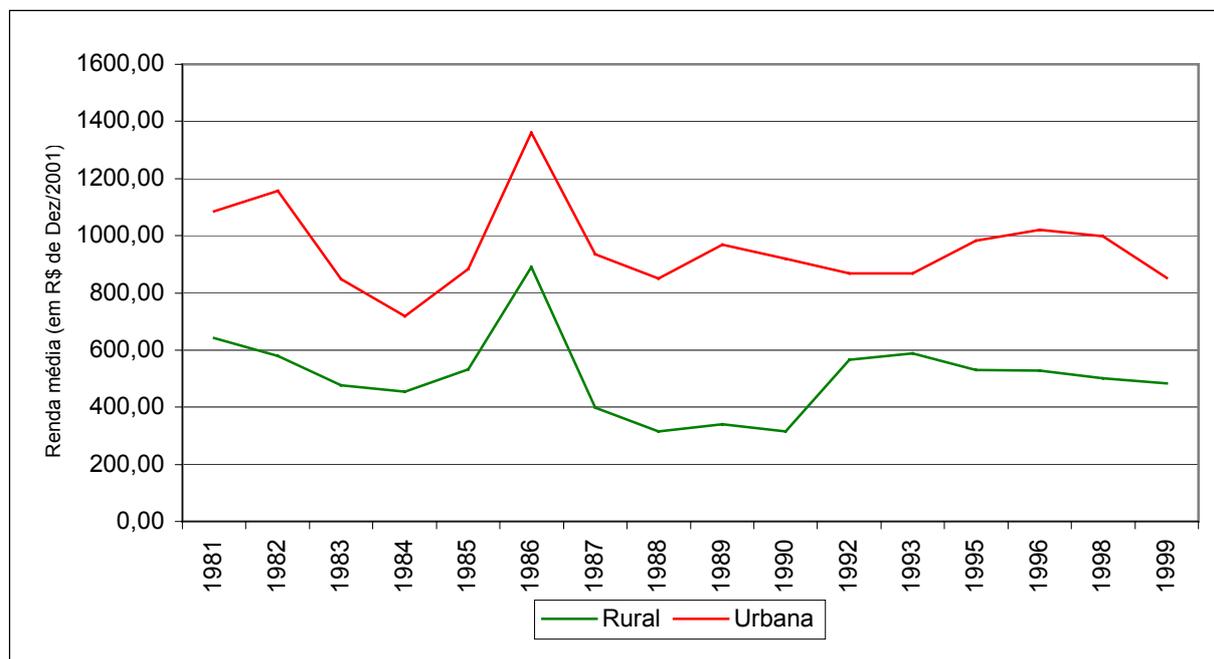
Tabela 1 – Renda Média Mensal de Todos os Trabalhos (RTTR), em R\$ de Dez/2001

	Rural	Urbano	RTTR Rural / RTTR Urbana (%)
1981	642,66	1.085,63	59,20
1982	578,58	1.156,43	50,03
1983	477,32	848,59	56,25
1984	454,71	718,16	63,32
1985	532,40	884,84	60,17
1986	890,14	1.360,29	65,44
1987	397,30	935,82	42,46
1988	315,40	849,63	37,12
1989	339,76	969,11	35,06
1990	316,01	918,71	34,40
1992	565,89	868,46	65,16
1993	588,66	869,23	67,72
1995	529,77	983,46	53,87
1996	529,05	1.021,10	51,81
1998	502,08	998,34	50,29
1999	484,09	851,53	56,85

Tabela 2 – Renda Média Mensal de Todas as Fontes (RTF), em R\$ de Dez/2001

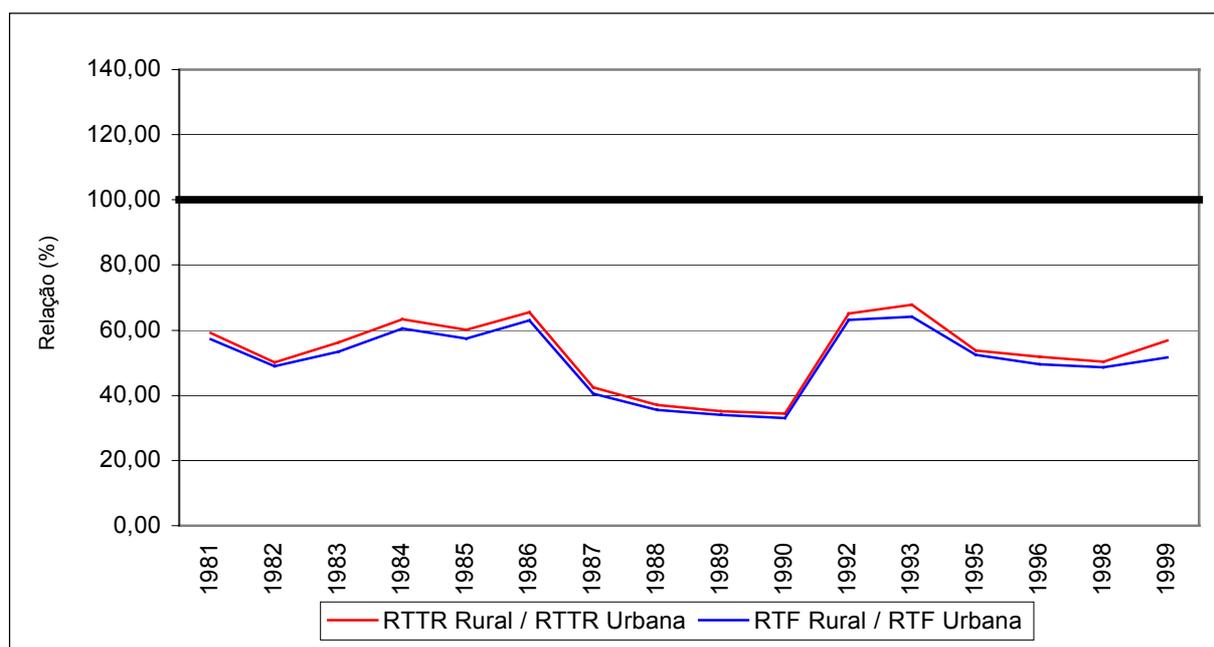
	Rural	Urbano	RTF Rural / RTF Urbana (%)
1981	660,58	1.153,71	57,26
1982	611,17	1.245,71	49,06
1983	482,53	904,40	53,35
1984	463,87	766,71	60,50
1985	539,17	938,21	57,47
1986	893,93	1.418,09	63,04
1987	401,72	993,63	40,43
1988	317,92	894,73	35,53
1989	344,56	1.012,20	34,04
1990	319,35	964,14	33,12
1992	578,10	915,63	63,14
1993	601,10	937,53	64,12
1995	553,31	1.056,87	52,35
1996	541,69	1.094,87	49,48
1998	525,34	1.082,15	48,55
1999	481,93	932,67	51,67

Gráfico 1 – Renda Média Mensal de Todos os Trabalhos (RTTR), em R\$ de Dez/2001



O Gráfico 2 nos permite visualizar também que as demais fontes de renda, que se somam à renda dos trabalhos remunerados, praticamente não influenciam na comparação entre o rural e o urbano. **Aqui, a observação aponta como um segundo resultado do trabalho: a renda média auferida pela população rural é consideravelmente inferior à renda média auferida pela população urbana.**

Gráfico 2 – Relação entre a renda rural e urbana



A análise a seguir permite caracterizar melhor a distribuição da renda, a partir de outras medidas de posicionamento, que são apuradas aqui apenas para o ano de 1999. Os percentis, apresentados na Tabela 3, retratam novamente pequenas diferenças entre RTTR e RTF. Por outro lado, mais uma vez as diferenças entre a renda no espaço rural e no urbano são marcantes.

Especialmente a partir do 50º percentil as diferenças entre a renda rural e a urbana se acentuam. Os 10% de menor renda (10º percentil) ganham, em termos de RTTR, até R\$ 94,40 no meio rural e até R\$ 136,00 no urbano. Considerando os 50% de menor renda, mediana da distribuição, estes ganham até R\$ 216,50 no meio rural e até R\$ 370,00 no urbano. Para deixar bem clara a assimetria na distribuição de renda quando comparado rural e urbano, pode-se observar que os 90% de menor renda no espaço rural ganham até R\$ 660,00, enquanto no urbano este valor chega a atingir R\$1.500,00, isto é, bem mais que o dobro do rural.

Tabela 3 – Percentis de Renda Mensal de Todos os Trabalhos (RTTR) e de Todas as Fontes (RTF) para o ano de 1999, em R\$ de Dez/2001

	RTTR		RTF	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana
10º	94,40	136,00	105,00	136,00
25º	136,00	220,00	136,00	237,75
50º	216,50	370,00	230,50	400,00
75º	400,00	700,00	380,00	800,00
90º	660,00	1500,00	660,00	1500,00

Quanto à apropriação da renda, a Tabela 4 apresenta de forma objetiva a grande assimetria existente, tanto no rural como no urbano. Novamente, as diferenças entre RTTR e RTF são muito pequenas. Partindo da análise da apropriação de renda por parte dos mais pobres, observa-se com clareza a pequena parcela que os mesmos possuem. Os 1% mais pobres rurais (para RTTR) detêm a ínfima parcela de 0,07%, enquanto os 1% mais pobres urbanos ficam com apenas 0,09% da renda.

A análise segue assimétrica nos diversos estratos apresentados. A metade mais pobre da população rural se apropria de apenas 18,15% da renda dos trabalhos remunerados, em contraste com a metade mais rica da população rural que detém 81,85% da renda. No caso da população urbana, o percentual apropriado pela metade mais pobre cai para 16,43%, ao passo que a metade mais rica se apropria de 83,57% da renda. Também são impressionantes os

valores encontrados no extremo dos indivíduos de maior renda. Os 1% mais ricos do espaço rural ficam com 14,65%, e os moradores das áreas urbanas detêm 8,61%.

Tabela 4 – Apropriação da Renda Mensal de Todos os Trabalhos (RTTR) e de Todas as Fontes (RTF) para o ano de 1999, em %

	Rural		Urbano	
	RTTR	RTF	RTTR	RTF
1% mais pobres	0,07	0,06	0,09	0,07
10% mais pobres	1,61	1,91	1,81	1,49
25% mais pobres	7,18	8,30	5,83	5,39
50% mais pobres	18,15	19,03	16,43	17,65
50% mais ricos	81,85	80,97	83,57	82,35
25% mais ricos	59,39	61,50	63,58	62,85
10% mais ricos	43,50	42,39	38,91	43,09
1% mais ricos	14,65	14,04	8,61	11,24

Cabe ressaltar um aspecto interessante: a assimetria da distribuição nos extremos (1% e 10%) é maior no rural do que no urbano; entretanto, no estratos intermediários (25% e 50%), a assimetria é menor no rural do que no urbano. Na seção seguinte, são apresentados os índices de concentração que permitem estabelecer comparações com mais facilidade. **Porém, neste momento, já se pode apontar um terceiro resultado do trabalho: apesar das diferenças marcantes com relação à média, a distribuição de renda é bastante assimétrica tanto no espaço rural quanto no urbano.**

Por fim, os Gráficos 3 e 4 representam as curvas de quantis, ou seja, quanto cada parcela percentual da população ganha em termos de renda, expressa em valores nominais⁴. A distribuição percentual das pessoas é representada no eixo horizontal, ordenando dos de menor renda para os de maior renda. No eixo vertical tem-se o valor da renda que cada uma destas parcelas alcança. No caso da renda média rural, que é de R\$ 377,59 em 1999, constata-se que aproximadamente 74% da pessoas não atingem o valor médio. Usando a média de rendimento urbano, que é de R\$ 664,20 naquele mesmo ano, observa-se que em torno de 73% estão abaixo de tal patamar. É importante alertar que apesar de as curvas terem um mesmo formato e uma percentagem de população abaixo da média de rendimentos muito próxima, os rendimentos rurais são muito mais baixos. Isto reforça os resultados já apontados anteriormente: a distribuição de renda no espaço rural apresenta um valor médio bem inferior ao valor correspondente no espaço urbano, mas a distribuição é bastante assimétrica nos dois meios.

⁴ Os rendimentos utilizados na construção das curvas de quantis de renda não estão deflacionados, assim como a média agora apresentada, diferindo do valor apontado anteriormente.

Gráfico 3 – Curva de quantis de apropriação da Renda Mensal do Todos os Trabalhos (RTTR) para a população rural no ano de 1999

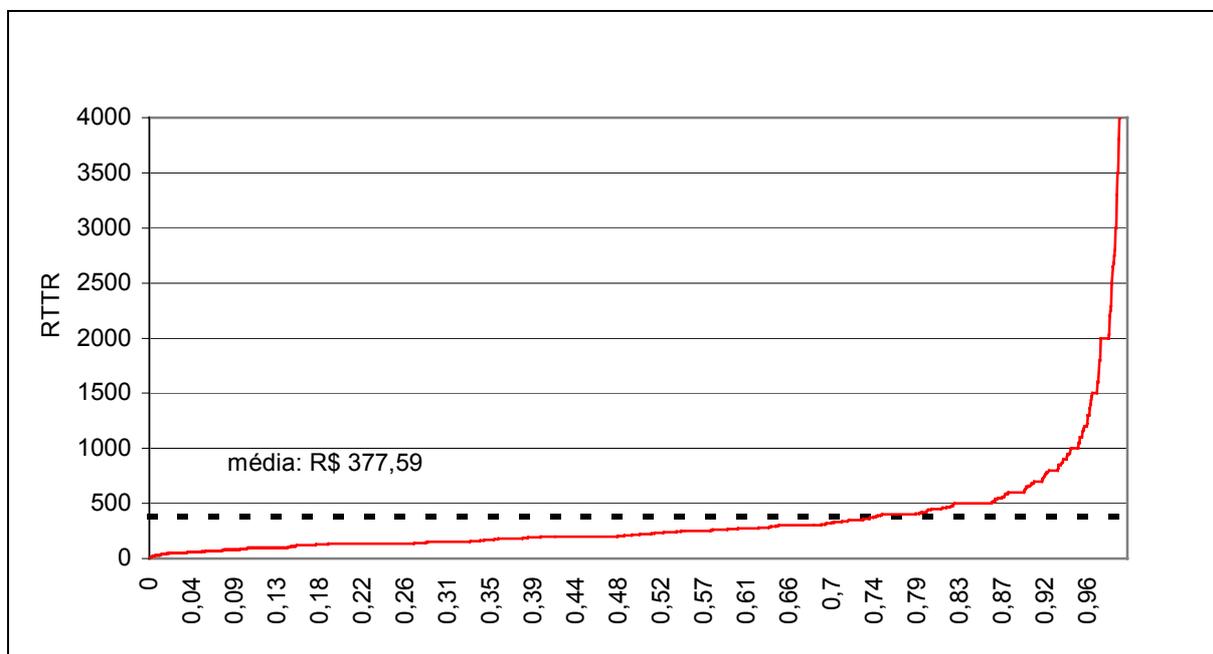
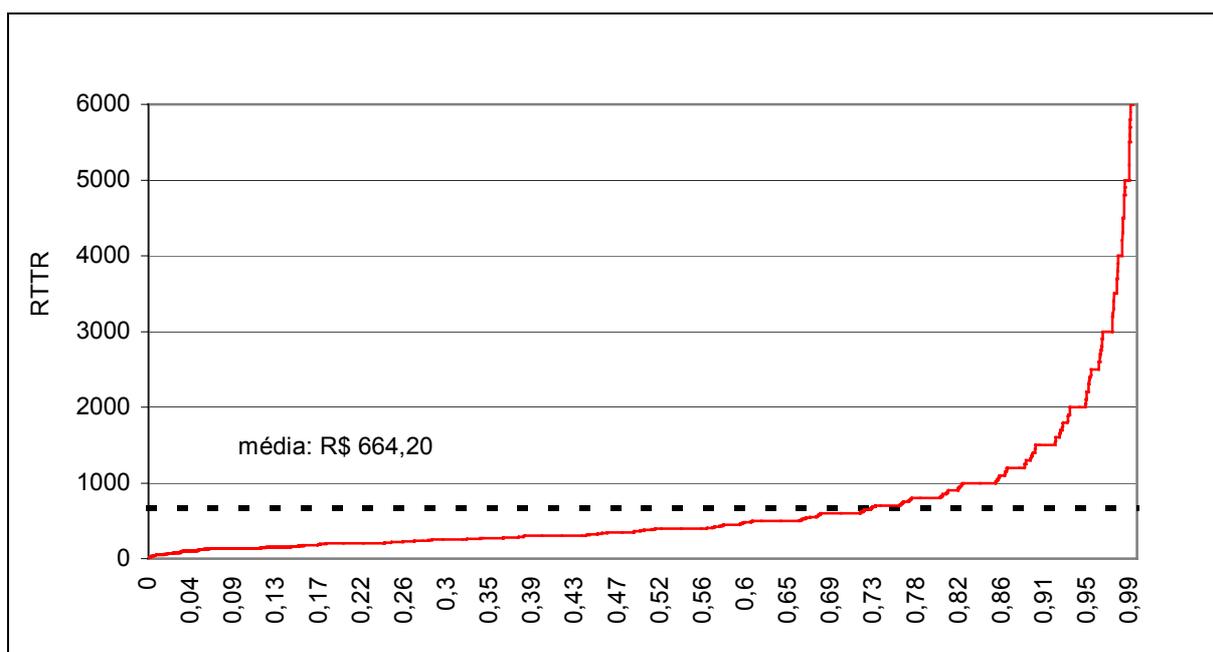


Gráfico 4 – Curva de quantis de apropriação da Renda Mensal do Todos os Trabalhos (RTTR) para a população urbana no ano de 1999



4. Desigualdade e concentração de renda

No capítulo inicial da obra sobre desigualdade e pobreza no Brasil editada pelo IPEA, Barros, Henriques e Mendonça (2000) alertam para a enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza, argumentando que o Brasil não é um país pobre, mas sim um país com muitos pobres. Apontam, ainda, que a desigualdade surpreende tanto por sua intensidade como por sua estabilidade ao longo das últimas décadas, resistindo às mudanças estruturais e conjunturais ocorridas no país. Nesta seção são apresentados os resultados encontrados para os índices de concentração de renda, novamente comparando o espaço rural e o urbano no Rio Grande do Sul.

Nas Tabelas 5 e 6, estão os índices de Gini e de Theil encontrados, considerando respectivamente os Rendimentos Mensais de Todos os Trabalhos (RTTR) e os Rendimentos Mensais de Todas as Fontes (RTF). O Gráfico 5 auxilia na visualização dos resultados, apresentando o Índice de Gini ao longo das duas décadas analisadas. Assim como na análise anterior, as demais fontes de renda pouco afetam o cálculo dos índices, de forma que estas outras fontes não têm sido eficazes na redução (ou agravamento) da concentração de renda ao longo do período.

Numa análise geral, os índices correspondentes ao espaço rural são inferiores àqueles encontrados para o espaço urbano, apontando para mais um resultado deste trabalho: uma menor concentração de renda no rural do que no urbano.

Entretanto, os valores oscilam bastante ao longo do período. O Índice de Gini para a RTTR rural varia entre 0,4508 e 0,5673, enquanto para a RTTR urbana varia entre 0,5310 e 0,6360. Observa-se uma tendência de aumento na concentração de renda na década de 1980, em ambos espaços (rural e urbano). Por exemplo, o Índice de Gini para a RTTR rural atinge o valor máximo em 1986, e para a RTTR urbana atinge o máximo em 1988. Já na década de 1990, esta tendência é revertida no espaço urbano, com a redução dos índices de concentração de renda (principalmente no início da década), chegando ao valor mínimo em 1999, mas a concentração de renda se mantém estável no espaço rural.

Como forma de ilustrar uma distribuição num momento específico também pode-se utilizar a Curva de Lorenz. Esta curva mostra como a proporção apropriada da renda total (eixo vertical) aumenta em função da proporção da população (eixo horizontal). No caso hipotético em que todos os indivíduos tivessem o mesmo rendimento, as proporções seriam iguais e a curva seria representada pela linha de perfeita igualdade. Esta linha é usada como parâmetro de comparação. Quanto maior a área entre a Curva de Lorenz e a linha de perfeita igualdade (área de desigualdade) maior é a desigualdade da distribuição.

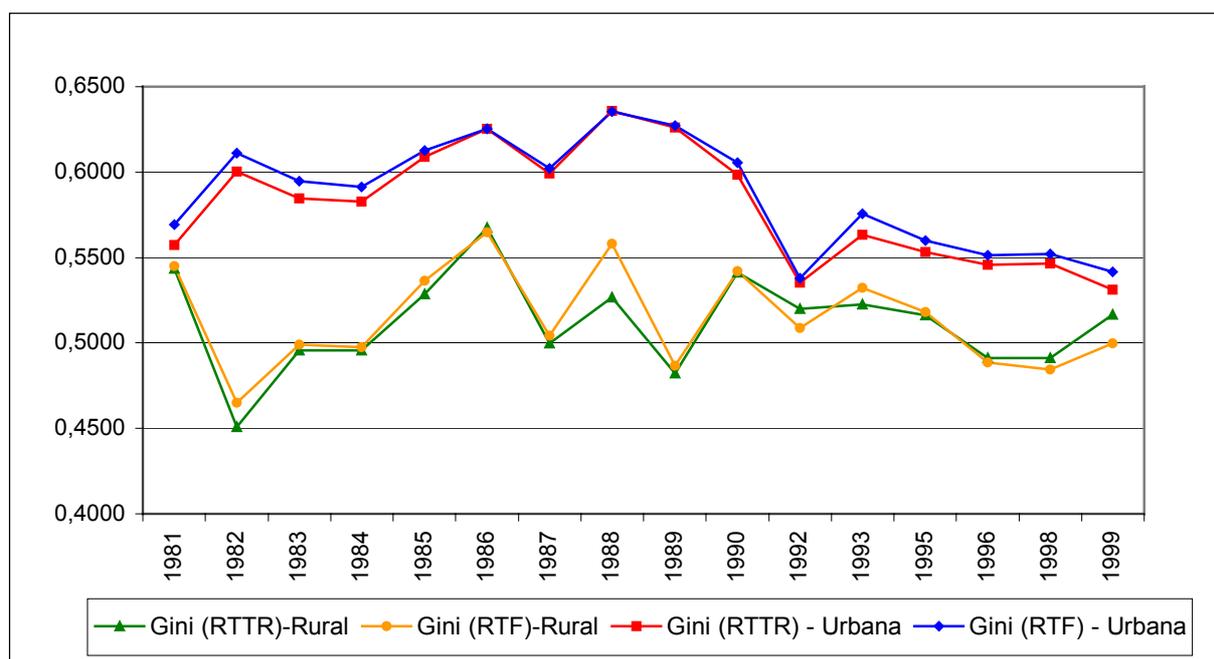
Tabela 5 – Índice de Gini (G) e Índices de Theil (T e L) para a Renda Mensal de Todos os Trabalhos (RTTR)

	Rural			Urbano		
	Gini	Theil T	Theil L	Gini	Theil T	Theil L
1981	0,5435	0,9302	0,5420	0,5573	0,6572	0,5642
1982	0,4508	0,4101	0,3448	0,6003	0,7212	0,6702
1983	0,4958	0,6937	0,4349	0,5846	0,6942	0,6220
1984	0,4957	0,5211	0,4211	0,5828	0,6514	0,6264
1985	0,5287	0,5485	0,4974	0,6088	0,7003	0,7102
1986	0,5673	0,6987	0,5634	0,6253	0,8754	0,7201
1987	0,4999	0,5557	0,4303	0,5993	0,6819	0,6643
1988	0,5265	0,5917	0,5136	0,6360	0,8242	0,7753
1989	0,4822	0,4876	0,4137	0,6262	0,7683	0,7410
1990	0,5411	0,6293	0,5199	0,5983	0,6983	0,6728
1992	0,5200	0,5837	0,4843	0,5353	0,5935	0,5122
1993	0,5226	0,5638	0,4819	0,5634	0,7873	0,5662
1995	0,5161	0,5822	0,4709	0,5531	0,6280	0,5393
1996	0,4912	0,4679	0,4240	0,5459	0,6045	0,5250
1998	0,4912	0,4848	0,4243	0,5465	0,6212	0,5243
1999	0,5164	0,5923	0,4653	0,5310	0,5498	0,4933

Tabela 6 – Índice de Gini (G) e Índices de Theil (T e L) para a Renda Mensal de Todas as Fontes (RTF)

	Rural			Urbano		
	Gini	Theil T	Theil L	Gini	Theil T	Theil L
1981	0,5451	0,9250	0,5453	0,5694	0,6823	0,5903
1982	0,4649	0,4399	0,3672	0,6110	0,7524	0,6976
1983	0,4989	0,6899	0,4785	0,5947	0,7129	0,6659
1984	0,4977	0,5174	0,4504	0,5913	0,6856	0,6499
1985	0,5362	0,5653	0,5501	0,6126	0,7125	0,7192
1986	0,5648	0,6912	0,5578	0,6254	0,0825	1,6031
1987	0,5042	0,5590	0,4800	0,6022	0,6883	0,6773
1988	0,5582	0,7001	0,7029	0,6354	0,8187	0,7746
1989	0,4868	0,4917	0,4397	0,6271	0,7674	0,7484
1990	0,5418	0,6261	0,5457	0,6054	0,7149	0,6902
1992	0,5089	0,5574	0,5058	0,5378	0,5973	0,5191
1993	0,5322	0,5792	0,5535	0,5757	0,8262	0,5991
1995	0,5181	0,6066	0,4895	0,5600	0,6499	0,5566
1996	0,4886	0,4638	0,4138	0,5512	0,6134	0,5374
1998	0,4844	0,4762	0,4085	0,5519	0,6364	0,5350
1999	0,4997	0,5570	0,4355	0,5418	0,5806	0,5164

Gráfico 5 – Índice de Gini (G) para Renda Mensal de Todos os Trabalhos (RTTR) e de Todas as Fontes (RTF)



Abaixo, nos Gráficos 6 e 7, são apresentadas as Curvas de Lorenz para RTTR referentes aos anos de 1981 e 1999, respectivamente início e fim do período aqui analisado. Em cada um destes gráficos está retratado o comportamento dos rendimentos urbanos e rurais. Em 1981 as duas curvas mantêm uma maior distância entre si do que em 1999, formando naquele ano inicial áreas de desigualdade mais distintas. A aproximação das curvas no fim do período confirma a tendência de convergência dos Índices de Gini, observada no Gráfico 5.

Outra observação interessante é o fato de que as curvas se cruzam quando a proporção acumulada da população fica em torno de 88% e da renda em torno de 50%. Este fato reflete o resultado já apontado anteriormente de que a assimetria na distribuição da renda no espaço rural é maior nos extremos da distribuição do que no espaço urbano.

Assim, o último resultado extraído neste trabalho é a verificação da tendência de aproximação dos índices de concentração entre o rural e o urbano, com a redução (ainda que pequena) da concentração de renda no espaço urbano e a estabilidade no espaço rural.

Gráfico 6 – Curva de Lorenz para Renda Mensal de Todos os Trabalhos (RTTR) no ano de 1981

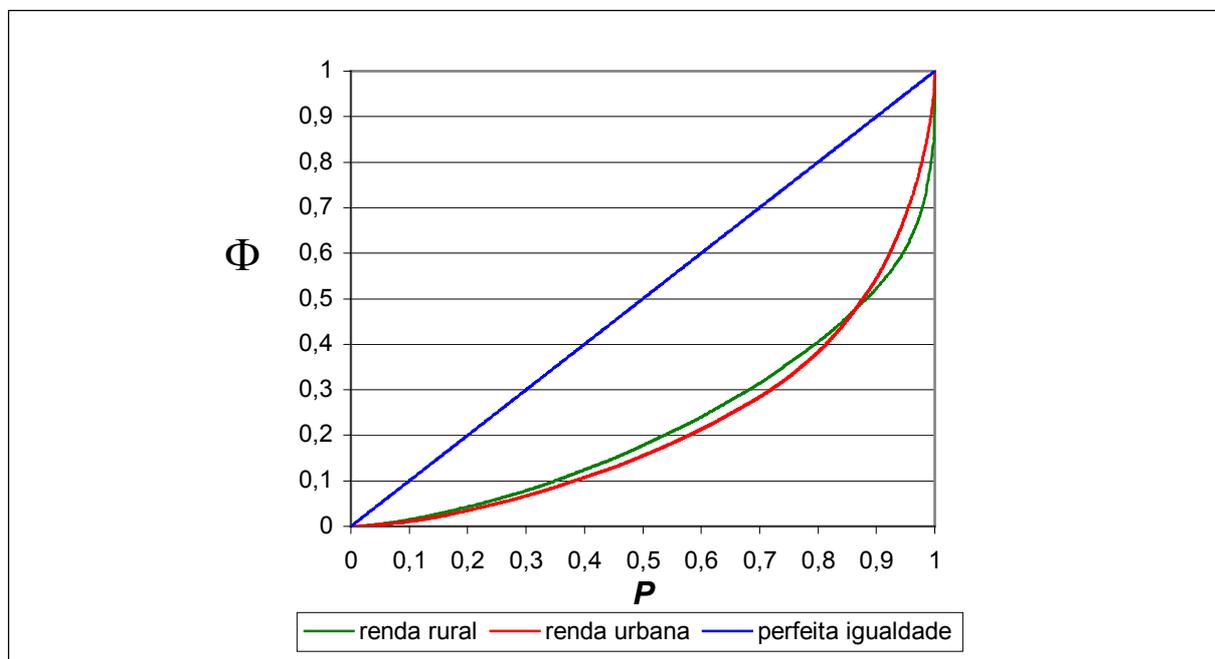
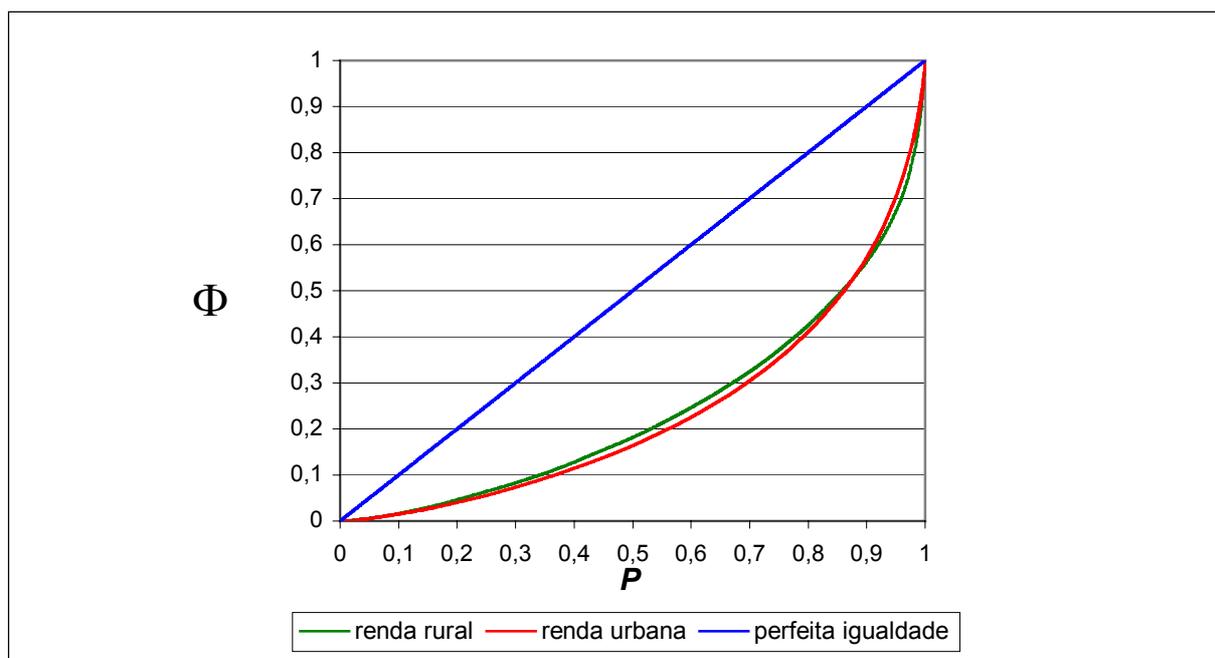


Gráfico 7 – Curva de Lorenz para Renda Mensal de Todos os Trabalhos (RTTR) no ano de 1999



5. Conclusão

Neste artigo, buscamos caracterizar a desigualdade na distribuição de renda no Rio Grande do Sul, tecendo comparações entre o espaço rural e o urbano, com a utilização de dados das PNAD's referentes ao período 1981-1999. Os resultados encontrados indicam pequenas diferenças na análise quando utilizamos a Renda Mensal de Todos os Trabalhos (RTTR) e a Renda Mensal de Todas as Fontes (RTF), sugerindo que as demais fontes de renda (que se somam à renda dos trabalhos remunerados) ainda têm pequena importância na formação da renda, tanto no rural como no urbano. Também confirmamos que a renda média auferida pela população rural é consideravelmente inferior à renda média auferida pela população urbana, conforme já verificado em diversos estudos a nível nacional e internacional, citados na contextualização deste trabalho.

Os resultados obtidos indicam a existência de grandes assimetrias na distribuição de renda. De acordo com os índices de concentração calculados, a desigualdade é maior no espaço urbano do que no rural, mas verifica-se uma tendência de aproximação destes índices na última década. Enquanto no espaço urbano nota-se uma leve redução da concentração de renda, no espaço rural observa-se uma estabilidade dos índices.

A desigualdade na distribuição de renda é entendida aqui como uma das dimensões das situações de pobreza. Desta forma, os resultados apresentados neste artigo contribuem para, mas não esgotam, o entendimento deste fenômeno mais amplo e multidimensional. Este trabalho é apenas uma parte de um projeto maior, que objetiva identificar as situações de pobreza rural no Rio Grande do Sul, relacionar com a agricultura familiar e propor medidas de políticas públicas. Numa etapa a seguir, estamos buscando relacionar outras variáveis como educação, saúde, infra-estrutura e acesso a mercados, visando compreender melhor as situações de pobreza em suas múltiplas dimensões.

Entretanto, desde já podemos apontar algumas implicações. Os resultados aqui obtidos sustentam a proposição de Barros, Henriques e Mendonça (2000). Estes autores não descartam a via do crescimento econômico, mas enfatizam o papel das políticas redistributivas, políticas estas que enfrentem a desigualdade, para assim reduzir os níveis de pobreza no país. Especificamente com relação ao espaço rural, os resultados sustentam a necessidade de busca de múltiplos caminhos e condições para reduzir a pobreza, conforme já apontado por de Janvry e Sadoulet (2001). Entre estes múltiplos caminhos, podemos indicar, além do crescimento do setor agrícola, a necessidade do uso sustentável e da conservação dos recursos naturais, a criação de infra-estrutura e a prestação de serviços básicos no meio rural, a implementação de políticas sociais voltadas à população rural, e a importância crescente das

atividades não-agrícolas nas áreas rurais, contribuindo para a geração e elevação da renda e alívio às situações de pobreza.

6. Referências bibliográficas

- Barros, Ricardo P.; Henriques, Ricardo e Mendonça, Rosane. “A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil”. In: Henriques, Ricardo (org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 21-47.
- Corrêa, Angela M. C. J. **Distribuição de renda e pobreza na agricultura brasileira: 1981-1990**. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 1998.
- Corrêa, Angela M. C. J. “Globalização, desigualdade e pobreza: uma análise regional do perfil das pessoas ocupadas na agricultura brasileira”. In: XXXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. **Anais...** Recife, PE: SOBER, 2001.
- de Janvry, Alain e Sadoulet, Elisabeth. “La inversión en desarrollo rural es buen negocio”. In: Echeverría, Rubén (ed.). **Desarrollo de las economías rurales en América Latina y el Caribe**. Washington, DC: BID, 2001. p. 1-41.
- DESER – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. **Pobreza rural, microfinanciamento e construção da cidadania**. Contexto Rural, ano 1, n. 1, outubro/2001.
- Echeverría, Rubén. “Opciones para reducir la pobreza rural en América Latina y el Caribe”. **Revista de la CEPAL**, 70: 147-160, abril/2000.
- FIDA – International Fund for Agricultural Development. **Hacia una region sin pobres rurales**. Santiago: FIDA, 2000.
- FIDA – International Fund for Agricultural Development. **Rural Poverty Report 2001**. Oxford University Press, 2001.
- Graziano da Silva, J. **O novo rural brasileiro**. 2ª ed. Campinas, SP: UNICAMP-IE, 1999. (Coleção Pesquisas).
- Hoffmann, Rodolfo. “Distribuição da renda e pobreza na agricultura brasileira”. In: Delgado, G. C.; Gasques, J. G. e Villa Verde, C. M. (org.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990. (Série IPEA 127) p. 3-111.
- Hoffmann, Rodolfo. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: USP, 1998.
- Kageyama, Angela e Hoffmann, Rodolfo. “Determinantes da renda e condições de vida das famílias agrícolas no Brasil”. **Economia**, v. 1, n. 2, p. 147-183, jul./dez. 2000.
- Romão, Maurício C. **Pobreza: conceito e mensuração**. Brasília: IPEA, 1993. (Cadernos de Economia, 13)
- Sen, Amartya K. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- Veiga, José Eli. “Pobreza rural, distribuição da riqueza e crescimento: a experiência brasileira”. In: Teófilo, Edson (org.). **Distribuição de riqueza e crescimento econômico**. Brasília: NEAD/MDA, 2000. (Estudos NEAD, 2). p. 173-200.